

MEMÓRIA DE REUNIÃO 29-04-2019

FORÇA TAREFA BRUMADINHO

Em 29 de abril de 2019, às 10 horas, na Câmara Municipal de Brumadinho, presentes o Ministério Público de Minas Gerais, representantes das Comunidades dos Pires e Córrego do Feijão, em Brumadinho; Campo Verde, Reta Um, Funil e Reta do Jacaré, de Mário Campos; Primavera, Imperador, Fhemig e Paciência, de São Joaquim de Bicas; Juatuba; e Citrolândia, no município de Betim, movimentos sociais e representantes da Prefeitura de Brumadinho, todos identificados na lista de presença anexa, com o objetivo de discutir encaminhamentos a serem dados na defesa dos direitos humanos e sociais dos atingidos pelo rompimento da barragem da Vale S.A. na Mina Córrego do Feijão.

Inicialmente, as Promotoras de Justiça, Paola Nazareth e Daniela Yokoyama, contextualizaram que as reuniões semanais realizadas entre Ministério Público, Defensoria Pública, Vale e representantes dos atingidos haviam sido interrompidas, mas que a partir de demandas apresentadas pelas comunidades, verificou-se a necessidade de retomada. Foi afirmado ainda que a Vale informou não poder participar desta reunião, mas se comprometeu a mandar representantes a partir do dia 13 de abril de 2019. Informaram que as reuniões serão realizadas quinzenalmente e, caso constatada a necessidade, essa periodicidade poderá ser revista. Por fim, foi esclarecido que a presente ata será encaminhada à Vale, para ciência e atendimento das seguintes demandas apresentadas:

1) Município de São Joaquim de Bicas

a) Bairro Residencial FHEMIG: a representante da comunidade informou que o problema continua sendo o fornecimento de água e que ficou cerca de 9 dias sem receber a água potável. A água potável distribuída não atende a todos os moradores da comunidade. Continua havendo muita poeira no local e a Vale, de vez em quando, após ser acionada, comparece à comunidade para umectar as estradas. Em relação à reclamação de velocidade dos caminhões que passam pela comunidade, a situação piorou. A própria população construiu uma espécie de quebra molas.

Outra representante informou que as demandas somente eram atendidas quando as reuniões semanais eram realizadas e que, com a suspensão das reuniões, a população ficou desassistida. A localidade está sofrendo com surto de dengue, diarreia, dores de estômago, e as crianças estão com feridas na pele. Acreditam que esses sintomas decorrem do uso da água do rio Paraopeba, pois em razão do não fornecimento de água pela Vale, muitas pessoas se vêm obrigadas a fazer uso da água das cisternas.

Foi solicitado, por fim, o cercamento urgente da área do rio com telas, tendo em vista que muitas crianças da comunidade ainda vão ao rio Paraopeba pescar, pois os peixes são a única fonte de proteínas para muitas famílias.

b) Bairro Imperador: relataram a existência de muitas crianças e adultos com dor de estômago e diarreia.



c) Bairro Paciência: Foi informado pelo representante que o problema da comunidade são as estradas de acesso ao bairro, em especial após o bairro Fhemig. A entrega de água pela Vale tem sido inviabilizada em alguns locais, em razão das más condições das estradas. Tendo em vista a dificuldade de obtenção da água, muitas pessoas utilizam a água de poços. Informou que a Vale esteve na comunidade na última sexta-feira, dia 26 de abril, e se comprometeu a iniciar as obras na estrada que dá acesso à região a partir do dia 07/05.

d) Bairro Primavera: a Vale fez um cadastramento dos endereços de alguns moradores para recebimento de água, mas não fornece a água a todos.

Quanto à entrega dos documentos à Vale de forma coletiva, para fins de auxílio emergencial, foi levantado pelo representante da Comunidade que a empresa tem preterido o atendimento aos registros feitos coletivamente, dando preferência de pagamento aos cadastramentos individuais.

Quanto à abertura de conta nos bancos, relata que o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal vem descumprindo a Lei nº 7.115/83, pois as instituições bancárias não estão aceitando declarações dos próprios atingidos, nem tampouco as declarações dos postos de saúde, para fins de comprovação da residência. Dessa forma, muitos atingidos têm tido dificuldades em abrir contas bancárias. Os bancos que vem aceitando essas declarações previstas na Lei nº 7.115/83 são o Itaú e o banco Santander. Como em São Joaquim de Bicas apenas há agências do Banco do Brasil e da CEF, desejam providências do Ministério Público para que a lei seja cumprida.

Por fim, informa que há riscos de que o benefício do Bolsa Família venha a ser suspenso, para aquelas famílias que receberão auxílios emergenciais. A Secretária Municipal de Brumadinho informou que está tentando reverter essa situação junto ao Ministério da Cidadania, e que acionará o Ministério Público para participar da próxima reunião sobre o assunto.

No tocante à entrega dos documentos para fins de auxílio emergencial, foi feita uma entrega coletiva, contudo será necessária nova entrega. Após o pedido de acompanhamento da Vale, Poliana informou que não acompanhará a nova entrega.

2) Brumadinho:

a) Córrego do Feijão: Segundo relatado, a demanda principal atualmente diz respeito à estrada que está sendo construída para acesso ao Centro de Brumadinho. Informou que a estrada que está sendo construída pela Vale, em alternativa ao caminho que passava por dentro da mina, está em estado precário, pois nos dias de chuva, os carros e ônibus ficam atolados. A comunidade demanda que essa estrada seja asfaltada, pois antes do rompimento da barragem, já havia acordo entre Vale, Prefeitura e Comunidade, no sentido de que a estrada que liga Córrego do Feijão ao Centro de Brumadinho seria completamente asfaltada.

Outro representante informou que o que restou do asfaltamento das ruas da Comunidade foi destruído pelos caminhões que passam pela região.

Ainda, foi informado que as pessoas estão com feridas na pele e animais de estimação estão morrendo sem motivo aparente, o que tem causado grande preocupação à comunidade.



Um dos representantes da comunidade informou que na última semana uma atingida sofreu agressão física de um trabalhador da Vale, dentro do PA de Córrego do Feijão, durante uma manifestação realizada pela comunidade. Um Boletim de Ocorrência foi lavrado. A PM esteve presente, durante a manifestação, de forma ostensiva.

Ainda, informaram que a água que esta sendo fornecida para a Comunidade, por meio de caminhões pipa, está suja.

b) Comunidade dos Pires: foi informado que as crianças estão com feridas na pele após serem picadas por mosquitos. Uma das crianças já recebeu atendimento médico, sendo constatado uma espécie de inflamação na pele (celulite), por alergia à picada. Informaram que esses sintomas não haviam sido identificados nas crianças antes do rompimento da barragem.

A água que está sendo utilizada para umectação das vias tem sido captada diretamente do rio Paraopeba. Acreditam que a poeira, misturada com a água contaminada do rio, pode ser tóxica.

Representante da comunidade informou que anteriormente foi realizada reunião com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Brumadinho, para tratar sobre o fornecimento de cestas e atendimentos dos moradores, mas que não obtiveram resposta. A representante da Prefeitura informou que não há mais cestas básicas entre os itens de doação. Comprometeu-se, a partir de hoje à tarde, a encaminhar uma equipe assistencial (equipe volante) para o acompanhamento da Comunidade.

Quanto à obra que esta sendo feita pela Vale nas imediações da comunidade, foi informado que as obras reiniciaram. A comissão realizou uma reunião com a empresa na quarta-feira passada para algumas explicações. Informaram apenas que a obra não causaria nenhum risco aos moradores. Contudo, a comunidade tem receio de permanecer em suas casas em razão da proximidade do rio e solicitam a retirada de todos, antes do período da chuva, mediante indenizações em relação às casas.

A representante da comunidade informa, por fim, que no terreno próximo ao local da obra, algumas cabeças de gado são mantidas e estão morrendo por falta de pasto, tendo em vista a terraplanagem da área. Demanda auxílio da Vale para retirada e realocação dos animais.

3) Betim - Colônia Santa Isabel/Citrolândia: Vale parou de fornecer água mineral para a Comunidade, sendo inclusive retirado o ponto de entrega. Há 15 dias que o abastecimento foi interrompido.

A Vale tem informado que somente tem direito ao recebimento de água pessoas que residem a menos de 150m do leito do Rio Paraopeba.

A água da COPASA está chegando suja, com aspecto leitoso.

Em relação à escola Frei Rogato, a água fornecida está sendo a da caixa d'água, pois a Vale não entregou uma estrutura que possibilite a utilização da água mineral fornecida, muito embora tenha se comprometido a fornecer filtros para a água mineral e a limpar a caixa d'água. A água mineral está estocada na escola, mas sem utilização. A escola tentou um contato direto com a



Vale, mas foi informada de que isso apenas seria possível com a intermediação do município, o que ainda não ocorreu.

No tocante ao atendimento psicológico, informou que tem conhecimento de que alguns atingidos de Mário Campos e Brumadinho estão sendo tratados por profissionais da FHEMIG, mas questiona que muitas demandas emergenciais da população local de Citrolândia estão sem atendimento em razão da ausência de profissionais médicos no hospital da FHEMIG e que essas demandas emergenciais deveriam ter prioridade.

Quanto ao pagamento do auxílio emergencial, recebeu a informação pelo 0800 da Vale de que a entrega coletiva da sua região não ocorreu. Vem sofrendo ameaças dos atingidos em razão dessa falta de informações. A Vale está informando que a entrega individual é mais interessante, a fim de deslegitimar o processo coletivo. Já se passaram os 10 dias para análise dos documentos, desde o protocolo, e não houve qualquer retorno pela Vale, mas três pessoas já receberam o benefício. Pessoas que entregaram os documentos de forma individual, após a entrega coletiva, já receberam os valores. Alguns moradores que não fizeram a entrega coletiva somente conseguiram agendar com a Vale o seu cadastro para o mês de junho e há notícias de que esses agendamentos estão sendo feitos até para o mês de setembro.

Foi acordado que a assessora do Ministério Público Andrea David fará uma visita aos Postos de Registro de Indenização da Vale – PRI, para compreender melhor esse desencontro de informações.

Solicitaram o fornecimento de EPI e de treinamento aos profissionais que trabalham nas balsas que fazem o transporte entre Citrolândia e São Joaquim de Bicas.

Solicitaram ainda o atendimento médico para a comunidade, tendo em vista a epidemia de dengue na região, se possível no hospital da FHEMIG.

4) Juatuba: a representante presente informou não estar recebendo a água da Vale. Os moradores da comunidade também estão com diarreia, feridas na pele, e todos os problemas comuns às demais localidades.

Em relação à entrega dos documentos, apesar de estimulada a entrega coletiva, os documentos individuais estão tendo prioridade pela Vale, desrespeitando os prazos estipulados. Nas entregas coletivas, a Vale está informando prazo de 30 dias para análise. Esta situação acaba deslegitimando as ações das comissões, MP, e demais instituições.

Dra. Paola informou que em relação à questão da água, a Nota Técnica do IGAM apontou que a captação de água na região é possível a partir de 100m do leito do rio Paraopeba.

5) Mário Campos:

a) Reta do Jacaré: a representante informou que o fornecimento de água é insuficiente e a água mineral não é entregue para todos os moradores. Apesar de acordado com a Vale que a água seria entregue a todas as famílias, de casa em casa, a empresa distribui grande quantidade em apenas um local. Quando não há o fornecimento de água, as famílias continuam utilizando



cisterna e poço artiano. As pessoas que utilizaram a água de poço estão apresentando manchas no corpo.

A Vale ainda não forneceu todas as caixas d'água necessárias para a comunidade.

Os animais da região estão doentes, diversos já morreram.

No tocante à entrega coletiva, a comissão de moradores está sem legitimidade, pois as entregas individuais tiveram preferência de atendimento.

b) Bairro Funil: não vem recebendo água mineral fornecida pela Vale, pois foram informados pela Poliana, da Vale, que somente tem direito ao recebimento de água mineral quem não tem fornecimento de água pela COPASA. Contudo, já foi identificado que a água da COPASA está com muito cloro e isso ocorreu após o rompimento da barragem. Solicita que seja feita uma avaliação da água por empresa independente, diversa da Copasa, com elaboração de laudo, inclusive sobre a presença de metais pesados. Busca resposta sobre a possibilidade de utilização dos alimentos que já estavam plantados na região quando do rompimento da barragem e que foram irrigados com água de cisternas.

O bairro não fez entrega coletiva dos documentos para recebimento de auxílio emergencial, pois a Vale marcou e desmarcou diversas vezes, assim, foram realizadas apenas entregas individuais. Foi informado ainda que o bairro não possui mapeamento georreferenciado e, por isso, está havendo demora no pagamento dos auxílios, em alguns casos já tendo passado o prazo de 20 dias desde o protocolo. Em algumas situações a Vale tem solicitado que os moradores retornem ao posto de atendimento para fornecimento de novo comprovante de endereço. Ainda, foi informado que na maior parte das vezes, apenas uma das pessoas da família está recebendo o benefício, mesmo que os documentos aproveitem a todos os demais moradores.

Foi denunciado que a empresa Ferros está molhando a estrada de terra da região com a água do Rio Paraopeba.

c) Campo Verde: Não estão recebendo água fornecida pela Vale. Os moradores da região estão tendo diarreia, surgimento de manchas no corpo, e os animais também estão doentes. A água está sendo levada, por caminhão, para bairro vizinho ao Campo Verde, de modo que as pessoas precisam se deslocar grandes distâncias.

Houve a entrega coletiva de documentos para recebimento de auxílio emergencial, mais de mil famílias participaram da entrega. Contudo, apenas parte dos moradores receberam, estando pendente a análise de documentos de 286 famílias.

A Vale informa diversos tipos de prazos. Atualmente está sendo informado o prazo de 30 dias para análise dos documentos, no caso de entregas coletivas, e outros 20 dias para pagamento, não obstante o acordado pela empresa no processo judicial. Este fato tem estimulado a individualização das entregas e demandas, e ainda a ação de advogados que passaram a captar clientes na região.



A comunidade solicitou acesso ao documento firmado entre Prefeitura e Vale, para o atendimento psicossocial à população. Assim, na próxima reunião haverá a tentativa de informação quanto aos termos do acordo.

Representante do MAB informou que essa questão de fornecimento de água já foi tratada quando dos pedidos emergenciais, sendo necessário ainda que a Vale arque com os custos de fornecimento de água pela Copasa, para aquelas famílias que anteriormente não utilizavam tal modalidade de fornecimento. Informou, ainda, que a análise de água feita pela Copasa, ou pelo SAAE, não mede metais pesados, verifica apenas o teor de cloro, coliformes e outras substâncias. Por fim, destaca que é necessário a elaboração de pareceres periódicos, pelos órgãos técnicos, para análise da água do rio Paraopeba e das cisternas, tendo em vista que os níveis de contaminação podem sofrer alteração.

Nada mais foi tratado. Foi encerrada a reunião saindo todos os presentes informados que a próxima reunião ocorrerá no dia 13/05/2019, às 10 horas, na Câmara Municipal de Brumadinho. Nada mais foi tratado.

